

## ANTIRRACISMO E SOCIOLOGIA: O RESGATE DE MARIA FIRMINA DOS REIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Juliana Ramos da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta uma experiência didática no COLUNI/UFF, desenvolvida no projeto “Questões étnico-raciais na Educação Básica: articulações entre a Lei 11.645/08 e o ensino de Sociologia”<sup>2</sup>. A partir da obra de Maria Firmina dos Reis, pioneira da literatura afro-brasileira, foram elaboradas estratégias interdisciplinares de ensino de Sociologia. As atividades envolveram aulas expositivas, debates e produções textuais, trabalhando conceitos como interseccionalidade e racismo estrutural, reforçando a importância da Sociologia para uma educação antirracista.

**Palavras-chave:** Antirracismo; Sociologia; Educação Básica; Maria Firmina dos Reis; Interseccionalidade.

### INTRODUÇÃO

A educação básica no Brasil carrega marcas profundas do racismo, refletido na ausência sistemática de vozes negras, em especial as femininas, nos currículos escolares. Embora a Lei 11.645/08 represente um avanço ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, sua aplicação ainda enfrenta ausências e lacunas institucionais. Diante disso, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre o papel da Sociologia como disciplina estratégica na promoção de uma educação antirracista, a partir da valorização de intelectuais negras na formação crítica dos estudantes.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense- UFF, Mulher negra, Niterói – RJ, E-mail: [ramosjuliana@id.uff.br](mailto:ramosjuliana@id.uff.br);

<sup>2</sup> Projeto do Programa de Licenciatura (PROLICEN) e financiado pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Neste contexto, Maria Firmina dos Reis é adotada como figura central da proposta pedagógica, por sua relevância histórica e potência crítica ao abordar, ainda no século XIX, questões de raça, gênero e desigualdade. Contudo, seu resgate não se dá de forma isolada: outras autoras negras são incorporadas ao percurso formativo, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins, Bell Hooks, Flávia Reis e Nilma Lino Gomes. Suas contribuições teóricas enriquecem o diálogo entre Sociologia, literatura, pensamento social e prática educativa, permitindo uma abordagem interseccional e descolonizadora do currículo.

A introdução dessas autoras em sala de aula visa não apenas ampliar os referenciais teóricos utilizados no ensino de Sociologia, mas também desafiar a hegemonia eurocêntrica que ainda define os contornos do conhecimento escolar. Ao entrelaçar literatura e teoria crítica, o projeto promoveu um ambiente educativo que reconhece e valoriza a pluralidade, entendendo que ensinar Sociologia é formar sujeitos capazes de compreender criticamente sua realidade e atuar em sua transformação. Assim, o presente artigo não se limita a relatar uma atividade pedagógica, mas pretende contribuir para o debate urgente sobre o papel da escola na construção de uma sociedade antirracista.

## **METODOLOGIA**

O projeto teve como principal objetivo integrar a literatura afro-brasileira ao ensino de Sociologia, promovendo um diálogo entre saberes que historicamente foram apartados pela estrutura curricular tradicional. Ao incorporar a obra de Maria Firmina dos Reis, buscou-se não apenas trabalhar conteúdos interdisciplinares, mas também tensionar as ausências e silenciamentos produzidos no ambiente escolar, especialmente no que se refere à presença de mulheres negras como sujeitas do conhecimento.

A proposta visou fomentar entre os estudantes o debate crítico sobre identidade, racismo estrutural, gênero e cidadania, proporcionando ferramentas teóricas e afetivas para a compreensão das desigualdades sociais. Nesse sentido, o projeto foi orientado pelo compromisso ético com uma educação antirracista e emancipadora, que reconhece o papel da escola como espaço estratégico de disputa simbólica e de formação política.

Como destaca Sueli Carneiro (2023), o racismo opera não apenas por meio da exclusão material, mas também pelo controle simbólico do conhecimento, estabelecendo hierarquias que legitimam uns saberes enquanto marginalizam outros. Assim, ao inserir a literatura de Maria Firmina dos Reis como eixo estruturante das atividades pedagógicas, o projeto buscou romper com o silenciamento sistemático de saberes negros e marginalizados

ainda vigente na educação básica, fortalecendo a formação crítica dos estudantes e contribuindo para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade e a justiça social.

No 8º ano, as atividades ocorreram em parceria com Língua Portuguesa. Os estudantes analisaram trechos de *Úrsula* e um samba-enredo da Mangueira de São Luís, produzindo cartas fictícias do personagem Túlio sobre o Brasil atual. Na 2ª série do Ensino Médio, leram *A Escrava*, assistiram a uma exposição sobre Maria Firmina baseada em cordel de Jarid Arraes, participaram de um quiz online e produziram cordéis inspirados em mulheres negras da escola, relatando suas trajetórias e fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade.

### **DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO**

O COLUNI/UFF é uma escola de aplicação que oferece Sociologia no 8º ano do Ensino Fundamental. Em 2024, sob orientação do professor Thiago Matioli, o projeto trabalhou com a leitura de *Úrsula* e *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis. Sua produção literária, ao dar protagonismo a personagens negros, tensiona as narrativas hegemônicas do século XIX e aproxima-se do feminismo negro contemporâneo. A redescoberta tardia de Firmina evidencia o apagamento histórico de autoras negras na história e construção do que se entende como literatura brasileira. Sua inclusão no currículo escolar fortalece a educação antirracista e a interseccionalidade, ao evidenciar a sobreposição de desigualdades de raça, gênero e classe, encontra eco direto nas narrativas de Maria Firmina dos Reis.

Ao trazer personagens negras como protagonistas de histórias marcadas por resistência e exclusão, Firmina contribui para uma pedagogia que reconhece a complexidade das identidades e das opressões. Na educação básica, trabalhar sua obra a partir do olhar interseccional permite ampliar a compreensão crítica dos alunos sobre as múltiplas formas de injustiça social e suas raízes históricas. Tal abordagem torna-se estratégica para formar sujeitos mais conscientes racialmente e engajados com a transformação do presente.

Contudo, mesmo com sua evidente relevância histórica, Maria Firmina dos Reis continua ausente dos currículos escolares, reflexo de um apagamento mais amplo: a exclusão sistemática de mulheres negras das narrativas históricas e sociológicas ensinadas na educação básica. Essa lacuna revela não apenas o racismo estrutural, mas também o sexismo epistêmico, ou seja, a desvalorização do conhecimento produzido por sujeitos não hegemônicos, como destaca a socióloga Patricia Hill Collins (2019). O projeto, ao inserir Firmina no centro das práticas pedagógicas, ao narrar sobre a vida de uma escritora literária

abolicionista e fundadora da primeira escola mista no Maranhão, atua como estratégia de descolonização curricular.

O projeto também resgata a importância de uma pedagogia que valorize as memórias e contribuições de sujeitos historicamente marginalizados. Segundo Bell Hooks (2013), a educação engajada deve romper com os paradigmas excludentes e promover espaços de fala e escuta para aqueles cuja presença foi sistematicamente negada nos espaços escolares. Nesse sentido, a interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2014), torna-se uma ferramenta indispensável para compreender como as opressões se articulam na vida das mulheres negras do passado, presente e futuro.

A pesquisadora Flávia Rios (2020) afirma que o pensamento social brasileiro foi constituído com forte presença de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, cujas contribuições foram sistematicamente ignoradas pelos cânones acadêmicos e curriculares. Para Rios, o apagamento dessas autoras não se dá apenas por omissão, mas por um processo ativo de hierarquização dos saberes, que subalterniza a produção intelectual negra ao classificá-la como militância ou experiência, e não como teoria legítima. No contexto da educação básica, esse fenômeno se manifesta na ausência quase total de intelectuais negras nas ementas, nos livros didáticos e nas referências bibliográficas de disciplinas como Sociologia, que ainda privilegiam autores europeus e homens como os únicos formadores da tradição sociológica.

As disciplinas escolares como um todo, ignoram a aplicabilidade obrigatória da lei 11.645/08, que selecionam inconscientemente as disciplinas de humanas, como: História, Geografia, Português e a própria Sociologia, como exclusivas de capacitação teórica para a prática do conteúdo, porém, o imaginário socioeducativo e os materiais didáticos também não ampliam a aplicação da lei como algo fundamental para todas as disciplinas fomentarem o pensamento crítico e social dentro dos espaços educacionais.

Inserir autoras como Maria Firmina dos Reis, mesmo que oriundas da literatura, no ensino de Sociologia, representa uma estratégia de enfrentamento ao epistemicídio, conceito amplamente debatido por pensadoras negras como Sueli Carneiro e aprofundado por Flávia Rios ao discutir o silenciamento de vozes dissidentes na construção da teoria social. Essa iniciativa reorienta o olhar dos estudantes para a pluralidade de experiências e saberes existentes na sociedade brasileira, aproximando a disciplina de suas dimensões éticas e políticas. Ao promover o diálogo entre literatura e pensamento social, o projeto demonstra que a Sociologia ensinada na escola deve ser ferramenta de combate às desigualdades e de valorização da diversidade epistêmica.

Nas obras de Firmina, observamos que as personagens femininas negras sofrem múltiplas camadas de opressão, não apenas pela sua cor, mas também por seu gênero e classe social. Essa complexidade é fundamental para o ensino de Sociologia, que muitas vezes apresenta uma abordagem universalizante e abstrata, dissociada das experiências concretas de mulheres negras. Como observa Nilma Lino Gomes (2017), a ausência de autoras negras nos livros didáticos e nos conteúdos ministrados em sala de aula impede que estudantes negros se reconheçam como sujeitos históricos e políticos.

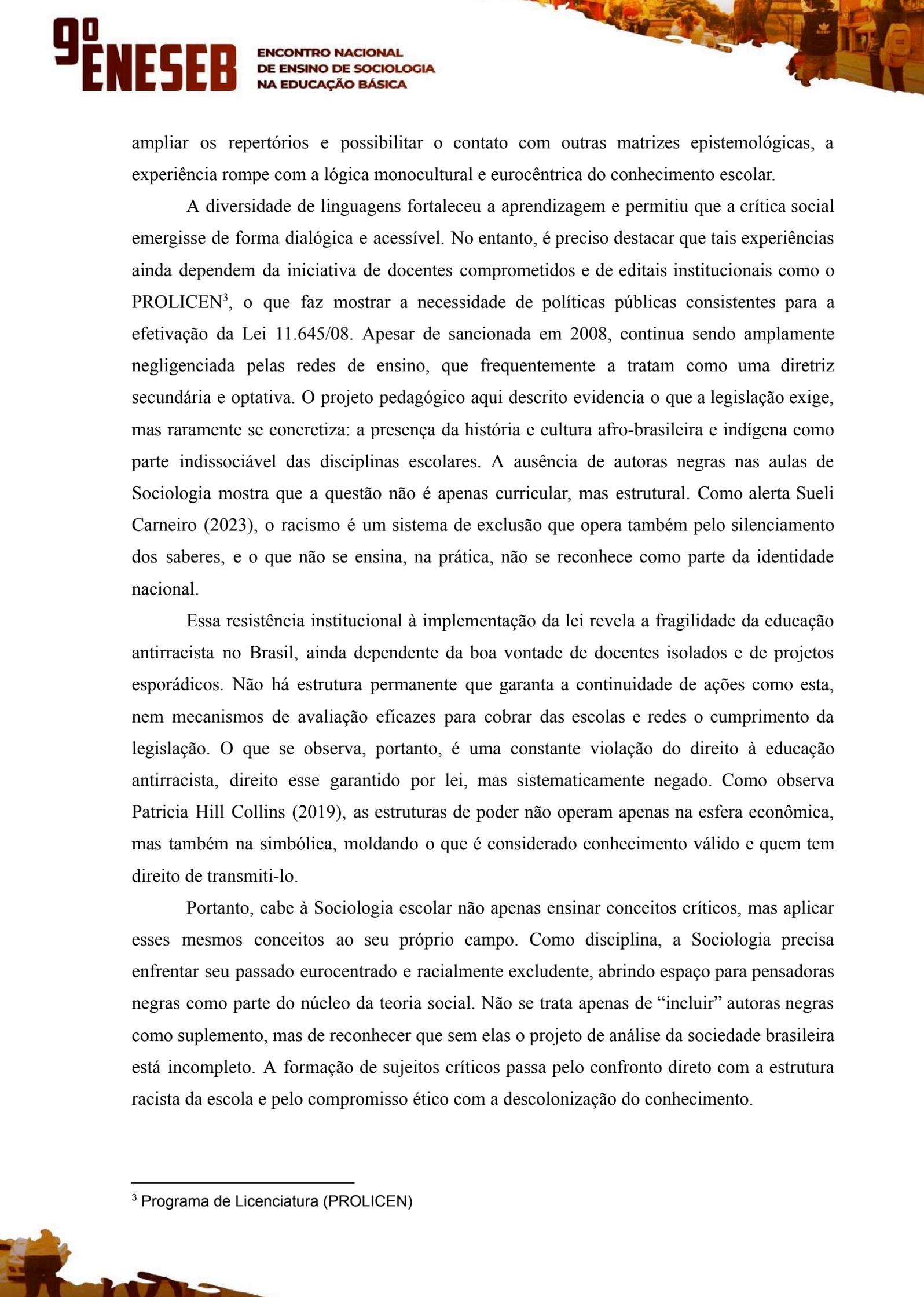
Portanto, a escolha de Maria Firmina dos Reis e o uso de sua obra como eixo articulador do ensino de Sociologia vai além da recuperação histórica: trata-se de uma afirmação política da necessidade de repensar os saberes legitimados no espaço escolar. É urgente ampliar os referenciais teóricos da disciplina, incluindo autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Vilma Piedade e a própria Patricia Hill Collins, a fim de construir uma Sociologia mais plural, democrática e enraizada na realidade brasileira.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A experiência revelou o potencial da literatura afro-brasileira como ferramenta pedagógica para promover uma educação antirracista e crítica. A inserção de Maria Firmina dos Reis no planejamento curricular permitiu tensionar o conteúdo tradicionalmente transmitido na disciplina de Sociologia, muitas vezes restrito a teóricos homens, brancos e europeus. Ao se depararem com a perspectiva de uma mulher negra do século XIX que já refletia sobre desigualdades sociais, estudantes foram levados a repensar tanto a história da literatura quanto da própria Sociologia.

Os cordéis produzidos pelos alunos, inspirados nas trajetórias de mulheres negras da escola, demonstraram o impacto afetivo e cognitivo do projeto. Muitos relataram nunca terem lido ou discutido em sala a obra de uma autora negra. O sentimento de identificação e pertencimento foi notável, especialmente entre as estudantes negras, que se viram representadas pela primeira vez em protagonistas e narrativas de resistência. Esse efeito é evidenciado por Bell Hooks (2013), ao afirmar que a representatividade importa não apenas como símbolo, mas como agente de transformação das subjetividades.

A resposta dos alunos também expôs o quanto o ensino tradicional da Sociologia ainda desconsidera a pluralidade dos sujeitos sociais. Pouco se discute, nos currículos regulares, sobre intelectuais negras brasileiras que contribuíram para a construção do pensamento social. A lacuna não é casual, mas sintomática de um projeto histórico de silenciamento. Assim, ao

A background image showing a school event with people walking on a paved area. The image is partially obscured by the text and logo at the top.

ampliar os repertórios e possibilitar o contato com outras matrizes epistemológicas, a experiência rompe com a lógica monocultural e eurocêntrica do conhecimento escolar.

A diversidade de linguagens fortaleceu a aprendizagem e permitiu que a crítica social emergisse de forma dialógica e acessível. No entanto, é preciso destacar que tais experiências ainda dependem da iniciativa de docentes comprometidos e de editais institucionais como o PROLICEN<sup>3</sup>, o que faz mostrar a necessidade de políticas públicas consistentes para a efetivação da Lei 11.645/08. Apesar de sancionada em 2008, continua sendo amplamente negligenciada pelas redes de ensino, que frequentemente a tratam como uma diretriz secundária e optativa. O projeto pedagógico aqui descrito evidencia o que a legislação exige, mas raramente se concretiza: a presença da história e cultura afro-brasileira e indígena como parte indissociável das disciplinas escolares. A ausência de autoras negras nas aulas de Sociologia mostra que a questão não é apenas curricular, mas estrutural. Como alerta Sueli Carneiro (2023), o racismo é um sistema de exclusão que opera também pelo silenciamento dos saberes, e o que não se ensina, na prática, não se reconhece como parte da identidade nacional.

Essa resistência institucional à implementação da lei revela a fragilidade da educação antirracista no Brasil, ainda dependente da boa vontade de docentes isolados e de projetos esporádicos. Não há estrutura permanente que garanta a continuidade de ações como esta, nem mecanismos de avaliação eficazes para cobrar das escolas e redes o cumprimento da legislação. O que se observa, portanto, é uma constante violação do direito à educação antirracista, direito esse garantido por lei, mas sistematicamente negado. Como observa Patricia Hill Collins (2019), as estruturas de poder não operam apenas na esfera econômica, mas também na simbólica, moldando o que é considerado conhecimento válido e quem tem direito de transmiti-lo.

Portanto, cabe à Sociologia escolar não apenas ensinar conceitos críticos, mas aplicar esses mesmos conceitos ao seu próprio campo. Como disciplina, a Sociologia precisa enfrentar seu passado eurocentrado e racialmente excludente, abrindo espaço para pensadoras negras como parte do núcleo da teoria social. Não se trata apenas de “incluir” autoras negras como suplemento, mas de reconhecer que sem elas o projeto de análise da sociedade brasileira está incompleto. A formação de sujeitos críticos passa pelo confronto direto com a estrutura racista da escola e pelo compromisso ético com a descolonização do conhecimento.

---

<sup>3</sup> Programa de Licenciatura (PROLICEN)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência mostrou o potencial da literatura afro-brasileira para promover uma educação crítica e antirracista. A articulação entre literatura e Sociologia sensibilizou os estudantes sobre as desigualdades raciais, de gênero e classe. A produção dos cordéis resgatou vozes “apagadas” e valorizou a diversidade no ambiente escolar, reforçando a importância de práticas pedagógicas que cumpram a Lei 11.645/08 e fomentem a transformação social. A ausência de autoras negras que contribuíram de forma significativa para a constante formação do pensamento social brasileiro, revela um projeto pedagógico de exclusão, que precisa ser superado com urgência.

Inserir Maria Firmina dos Reis como ponto de partida para reflexões sociológicas foi uma escolha estratégica e transformadora. Seu trabalho não apenas amplia o repertório literário, mas permite a discussão de temas fundamentais como interseccionalidade, racismo estrutural e cidadania. A abordagem proposta neste projeto pode e deve ser replicada em outras escolas, como prática de valorização da diversidade e combate à desigualdade educacional.

Mais do que transmitir conteúdos, a escola deve se comprometer com a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade, papel fundamental da Sociologia. Para isso, é relevante que os currículos incorporem a contribuição das mulheres negras e que os livros didáticos sejam revistos sob uma perspectiva antirracista. Como afirma Nilma Lino Gomes (2017), uma educação verdadeiramente democrática só será possível quando o conhecimento negro for reconhecido como legítimo e necessário para todos.

A valorização da literatura afro-brasileira e das intelectuais negras é um passo importante para a construção de uma escola mais justa, plural, comprometida com os direitos humanos e equidade racial. É necessário transformar o currículo em um instrumento de emancipação e esse processo passa, inevitavelmente, pelo reconhecimento da contribuição das mulheres negras para o pensamento, a cultura e a educação no Brasil. Ao reafirmar a presença de figuras como Maria Firmina dos Reis, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento no espaço escolar, desafiamos não apenas o conteúdo curricular, mas também as estruturas simbólicas que determinam quem é reconhecido como produtor legítimo de conhecimento.

A ausência sistemática dessas vozes não é um lapso, mas parte de um projeto histórico de exclusão racial e de gênero, sustentado por práticas institucionais que ainda resistem à pluralização do saber. A Sociologia, enquanto disciplina voltada à análise crítica da sociedade, não pode seguir reproduzindo a invisibilidade das mulheres negras, sob pena de tornar-se

cúmplice das desigualdades que afirma combater. Incluir essas autoras nos currículos não é apenas uma escolha pedagógica, mas um imperativo ético e político.

A Sociologia, como disciplina da educação básica, não pode se furtar ao compromisso de denunciar, problematizar e desnaturalizar as desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. Sua inserção no currículo escolar tem como missão formar sujeitos críticos, capazes de compreender a realidade e transformá-la. No entanto, isso só será possível quando a Sociologia escolar incorporar o antirracismo como princípio pedagógico e epistemológico, reconhecendo que o racismo não é apenas um tema a ser abordado, mas uma estrutura a ser enfrentada cotidianamente no espaço escolar.

Nesse contexto, o resgate de Maria Firmina dos Reis é mais do que uma escolha didática: é uma afirmação política de que as vozes negras, especialmente as femininas, fundam o pensamento crítico brasileiro. Firmina escreveu sobre opressão racial e de gênero em um tempo em que sequer era considerada cidadã plena. Resgatá-la na escola é reverter o apagamento histórico e garantir que os estudantes tenham acesso a um patrimônio intelectual que lhes foi negado por séculos. É devolver às salas de aula uma memória insurgente, capaz de deslocar o centro do saber e reposicionar os sujeitos negros como protagonistas da história e do conhecimento.

Promover uma educação antirracista na prática exige romper com o currículo eurocentrado e afirmar o pluralismo epistêmico como princípio. Isso significa revisar conteúdos, autores, metodologias e linguagens, mas também rever as estruturas de poder que determinam o que é ensinado e por quem. Como projeto educativo, o antirracismo só se realiza plenamente quando é assumido por toda a comunidade escolar, refletido nos materiais didáticos, nas formações docentes e no reconhecimento cotidiano da dignidade e saberes dos sujeitos negros.

Para avançar, é necessário que a formação docente inclua, em diálogo com os saberes dos próprios docentes e suas realidades, discussões sobre epistemologias negras, feminismo negro e relações étnico-raciais. Da mesma forma, é preciso cobrar das instâncias governamentais e editoras a implementação efetiva da Lei 11.645/08, garantindo que os materiais didáticos reflitam a diversidade da sociedade brasileira. Enquanto as mulheres negras continuarem ausentes dos conteúdos escolares, estaremos ensinando apenas uma parte da história e naturalizando o silenciamento como norma. Transformar essa realidade é um desafio coletivo, mas urgente, se realmente almejamos uma educação crítica e emancipadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. *Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Instituto Alana, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Organização: Ernani Chaves; Marcia Lima; Thula Pires. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução: Alex Ratts. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: ONU MULHERES (org.). *Gênero e raça*. Brasília: ONU Mulheres, 2014. p. 17–30.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Introdução. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. *A escrava: conto com o português atualizado*. [S.l.]: Galuba Editorial, 2021.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. [S.l.]: Simplíssimo, 2018.

RIOS, Flávia. O pensamento de Lélia Gonzalez e os estudos afro-latino-americanos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 15–44.